



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

Trabalho feminino? A configuração de gênero do Serviço Social no Brasil

Diego Tabosa da Silva¹

Noêmia de Fátima Silva Lopes²

Rafaelle Vanny³

Resumo: Na sociedade capitalista e patriarcal forja-se a configuração de gênero de certas profissões, desvalorizando àquelas reconhecidas como femininas, pois são associadas à extensão das atividades domésticas e das habilidades naturais das mulheres. O serviço social brasileiro é conhecido como profissão feminina, e este artigo apresenta a trajetória de sua construção histórica no Brasil, informando como foi seu processo de feminização. Através da literatura, são realizadas algumas inflexões sobre trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho. Algumas pesquisas quantitativas realizadas nos últimos vinte anos nos permite entender o perfil de gênero dos assistentes sociais brasileiros. Este artigo pretende dar espaço para que pensemos sobre as implicações de uma profissão ser considerada feminina.

Palavras chave: trabalho; gênero; serviço social; trabalho feminino.

Female work? The gender configuration of Social Work in Brazil

Abstract: In capitalist and patriarchal society the gender configuration of certain professions is forged, devaluing those recognized as female because they are associated with the extension of domestic activities and the natural abilities of women. The Brazilian social work is known as a feminine profession, and this article presents the trajectory of its historical construction in Brazil, informing how its feminization process was. Through the literature, some inflections about work, gender and sexual division of labor are made. Some quantitative research in the last twenty years allows us to understand the gender profile of Brazilian social workers. This article intends to give space for us to think about the implications of a profession being considered feminine.

Keywords: work; gender; social work; women's work.

Introdução

O presente artigo tem como objeto refletir sobre a configuração de gênero do serviço social brasileiro, para tal será apresentado um panorama da trajetória da profissão no país.

¹ Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Educação Superior da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: <tabosa.diego@gmail.com>

² Mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Professora de Ensino Superior da Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros.

³ Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e as categorias: trabalho, gênero e serviço social analisadas para melhor compreensão do objeto deste estudo. As contribuições de autores como Marx, Hirata, Zariffian, Cisne, Scott, Iamamoto, Aguiar, entre outros, foram o suporte teórico deste debate.

A partir da apropriação da teoria marxista apresenta-se o debate acerca da categoria **trabalho**, entendido como elemento fundante do ser social e ao mesmo tempo, enquanto mercadoria essencial do modo de produção capitalista

Gênero é outra categoria tratada na primeira sessão deste texto, apresentamos de forma breve algumas polêmicas acerca do tema, bem como a nossa compreensão sobre a mesma. Assim, finalizamos a primeira parte com as contribuições de Amartya Sen sobre as desigualdades entre os gêneros.

O tema central do segundo item deste artigo é a gênese e o desenvolvimento do **Serviço Social** brasileiro. Sua vinculação às ações de caridade, sua herança conservadora e a sua vinculação ao gênero feminino, tanto na formação quanto na prática. A vinculação às ações da Igreja e do Estado no trato à pobreza é fundamental para o entendimento da profissão e, por conseguinte de sua conformação de gênero e classe.

Para finalizar a análise versa-se, na terceira sessão da divisão sexual do trabalho e de como na atualidade, é a composição de gênero do serviço social no Brasil. O diálogo é construído a partir de dados de algumas pesquisas que tiveram como objetivo ~~traçar~~ desenhar o perfil do assistente social brasileiro.

Trabalho e gênero: algumas considerações

O objetivo central deste artigo é refletir a feminização do serviço social brasileiro, portanto, propõe-se a discutir a construção de gênero de uma determinada profissão, ou seja, trata-se de relações sociais e de trabalho. É imperativo para se alcançar tal objetivo – ainda que de forma breve – se conceitue duas categorias centrais ao nosso estudo: **trabalho** e **gênero**¹.

¹ Não estamos propondo um reducionismo do debate, tão pouco uma diminuição da importância e complexidade das categorias, pelo contrário, reconhecemos as inúmeras contribuições teóricas que abordam tais questões, entretanto para que consigamos alcançar o debate proposto, foi necessário utilizar esta forma de apresentação do texto.

Ao se analisar o trabalho e suas relações sociais, constata-se que além desta categoria estar na base da atividade econômica, ela diz muito sobre o modo de ser da sociedade e dos homens¹.

[...] el trabajo es en principio un acto que sucede entre el hombre y la naturaleza. El hombre desempeña frente la naturaleza El papel de una pontecia natural específica. Pone en movimiento su inteligência y sus fuerzas con el fin de asimilar materiais para darles una forma útil para su vida. Al mismo tiempo que actúa por este movimiento sobre la naturaleza exterior y la modifica, él modifica su própria naturaleza y desarrolla las facultades que se encuentran latentes (HIRATA & ZARIFFIAN, 2007, p. 33).

Engels (1876) em sua obra “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem” disserta sobre o percurso histórico de como o trabalho é condição fundante da sociabilidade humana. Sobre o domínio da natureza e sua modificação por parte do Homem, denomina-se trabalho. O trabalho agrupou os homens e foi, segundo Engels (1876), responsável por criar formas de sociabilidade antes não conhecidas.

Portanto destaca-se que há diferença entre a transformação da natureza realizada pelos homens e mulheres são àquelas realizadas pelos demais animais. Quando pássaros constroem ninhos ou insetos se organizam para produzir e colher sua alimentação, eles não estão realizando trabalho, estão respondendo as suas necessidades instintivas de sobrevivência. Trabalho supõe capacidade teleológica, inerente aos homens e mulheres.

À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito (aqueles que executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um *instrumento* (ou um conjunto de instrumentos) que torna *mediada* a relação entre ambos. E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha. (NETTO & BRAZ, 2009, p. 32)

O trabalho na sociedade capitalista adquire novas formas e configurações, ganha a roupagem do capital e das contradições inerentes a esta forma de sociedade. Deparamos-nos com a relação de compra e venda da força de trabalho, uma relação de produção coletiva e apropriação privada da riqueza produzida, ou seja, o trabalhador ao realizar o trabalho, confecciona o produto, mas este não é dele, e sim do empregador

¹ O termo Homem aqui utilizado diz respeito ao ser humano-genérico.

(capitalista) que comprou a capacidade de produção e o tempo daquele trabalhador (ANTUNES, 2004).

Nesse sentido o trabalho na ordem capitalista diz respeito não somente à produção de bens, mas também faz referência à reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2008) portanto, é transpassado por condições de classe, etnia e também de gênero.

Como dito no início deste tópico, o conhecimento destas duas categorias é fundamental para que se acompanhe a presente exposição. Tratou-se nas linhas anteriores da categoria trabalho e dedica-se agora à conceituação de **gênero**.

O conceito de “gênero” e os estudos destinados a esta categoria passam a ser mais comuns no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980, para Scott (1989, p. 2) “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”.

O gênero é construção histórica e não uma categoria estática. E, enquanto tal, é passível de mudanças, de incorporação de novos sentidos e de desconstruções. É possível perceber as suas variações em tempos e lugares. Ou ainda, em uma mesma sociedade é possível identificar diferenças se tomarem, por exemplo, as mulheres de uma determinada classe em relação a uma outra (DURÃES, 2002, p. 38).

Diversos autores afirmam que os estudos de gênero não devem se limitar às mulheres, pelo contrário, deve destacar as contradições e relações entre homem e mulher, Cisne (2015, p. 86) assevera que “o conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem [...] Portanto, gênero se constitui como uma categoria relacional”. Ainda sobre o uso do termo neste sentido Scott indica,

No seu uso mais recente, o gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1989, p. 6).

Cabe destacar que o conceito de gênero e sua aplicabilidade vêm sendo alvo de diversos estudos, portanto diversas interpretações serão encontradas sobre este tema, mas adotamos neste artigo um entendimento de que gênero supõe “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1989, p.7).

Deste modo, os estudos de gênero partem dos determinantes biológicos – sexuais, mas a eles não se reduz, pelo contrário, são diretamente relacionados à construção social e cultural do gênero. Como afirma Ferreira (2007, p. 51) “ser homem ou ser mulher não se reduz apenas aos caracteres sexuais, mas, fundamentalmente, a uma série de atributos morais e comportamentais que são socialmente produzidos e compartilhados”.

Percebe-se então, a partir do referencial teórico, que os termos homem, mulher, feminino e masculino, estão vinculados a uma abordagem que extrapola as questões biológicas, entremesclando-se com as construções sociais e os papéis atribuídos aos sujeitos – e às classes as quais estes sujeitos pertencem. Assim é possível compreender que a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista tem papel estratégico e determinante no processo de expropriação social.

A divisão do trabalho por sexo parece ter sido universal ao longo da história humana. Em nossa sociedade a divisão sexual do trabalho é hierárquica, com os homens no topo e mulheres na parte inferior. [...] A Divisão sexual do trabalho, vou argumentar, é o principal mecanismo na sociedade capitalista que mantém a superioridade dos homens sobre as mulheres, porque reforça salários inferiores para as mulheres no mercado de trabalho. [...] A indústria doméstica, criada pelo capitalismo emergente, foi posteriormente substituída e destruída pelo avanço da industrialização capitalista (HARTMANN, 1976, p. 137; 147; 149).

A diferença entre os gêneros pode ser facilmente identificada, mas como afirma Sen (2001), “a desigualdade de gênero não é um fenômeno homogêneo, mas uma coleção de problemas distintos e interligados”. Em algumas partes do mundo a desigualdade envolve taxas elevadas de mortalidade para as mulheres, em outros, o que se observa é um sexismo de alta tecnologia, onde são desenvolvidas técnicas para definir o gênero do feto, dando-se preferência aos meninos em detrimento das meninas.

No emprego, bem como a promoção do trabalho e da ocupação, as mulheres muitas vezes enfrentam maiores desvantagens do que os homens. Um país como o Japão pode ser bastante igualitário em matéria de demografia ou

instalações básicas, e até mesmo de grande extensão no ensino superior, e ainda progredir para níveis elevados de emprego e de trabalho parece ser muito mais problemático para as mulheres que para homens. (SEN, 2001, p. 467)

O trabalho na ordem capitalista ganha uma nova dimensão e as mudanças sofridas pelos processos de produção determinam transformações nas relações sociais. Sobre as relações sociais entendemos que elas são perpassadas por fatores múltiplos, como por exemplo, as classes sociais, ou as questões de gênero. Esses fatores não se anulam, pelo contrário, se fundem e determinam a posição que determinado sujeito ocupa em determinada sociedade.

Assim, papéis sociais são forjados, profissões são pensadas para um ou outro grupo, potencializando desigualdades de todas as ordens, sejam elas, de classe, de gênero, geracional ou etnia.

A “construção do gênero” do Serviço Social brasileiro

As características próprias da formação histórica e social do Brasil imprimem uma silhueta bastante singular aos processos sociais desencadeados no país. O processo de origem, institucionalização, legitimação e espraiamento do Serviço Social não está alheio a estas características, pelo contrário, é um processo absorto às configurações econômicas, políticas e culturais do país.

Assim sendo, percebe-se que o surgimento do Serviço Social está imerso num processo global de resposta aos conflitos de classe, que emergiam e ganhavam enorme vulto na cena mundial.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista, o agravamento das expressões (refrações) da “questão social” e a intervenção do Estado, no âmbito internacional, refletem e se entremesclam com as particularidades da formação do Estado brasileiro.

A intensificação da industrialização no século XIX levou os operários europeus a viver em condições de extrema exploração e pobreza. A condição sócio-histórica, que sumariamente apresentamos na seção anterior, provoca o agravamento das expressões sociais, fazendo com que a Igreja Católica se posicionasse. A Igreja busca desenvolver ações para atuar, tentando enfrentar o que ela entendia ser uma época “de grande crise, de decadência moral e dos costumes cristãos” (AGUIAR, 2011), que decorre das ideias

liberais e comunistas. A intervenção da Igreja, de modo mais claro no contexto social, se realiza a partir da promulgação de documentos papais, chamados de encíclicas.

A Igreja conta com um discurso doutrinário centralizado [...] que elabora as diretrizes gerais de compreensão dos problemas, estabelecendo normas genéricas para o exercício da fé católica. Entre seus instrumentos mais importantes, destacam-se as encíclicas papais, que, em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja Católica (CASTRO, 2011, p. 51).

No debate que aqui trazemos sobre o surgimento do Serviço Social, duas encíclicas merecem destaque: *Rerum Novarum* (divulgada pelo Papa Leão XIII na data de 15 de maio de 1891) e *Quadragesimo Anno* (divulgada pelo Papa Pio XI em 15 de maio de 1931).

Destaca-se de acordo com Castro (2011) que a *Rerum Novarum* demonstra preocupação – mesmo que conservadora – com a situação vivida pelo operariado e sinaliza as formas de exploração da força de trabalho, criticando a insensibilidade dos homens ricos, ao mesmo tempo em que combate as ideias socialistas e defende a propriedade privada, utilizando-se do recurso religioso da vontade divina para justificar a injustiça na terra.

De tal modo, a proteção à propriedade privada, bem como a defesa da organização do Estado e da sociedade, ideias sustentadas pelo documento papal, devem ser entendidas como a vontade divina; logo, posicionar-se contrariamente à lógica imposta pela sociedade burguesa é posicionar-se contrariamente à justiça natural.

A diferença entre as classes não é apenas aceitável. Segundo o documento, essa diferença é necessária, deixando claro que a sociedade está naturalmente dividida, porém disso surge outro problema, que, como nos alerta Castro (2011, p. 55), “é o tipo de relações que regem a vida entre os segmentos que a divindade, nuns casos, premiou com abundância e, noutros, condenou com a miséria”.

Defronta-se com um impasse cuja solução é incentivar a convivência harmônica entre as classes, naturalizando tal diferença e impondo ao operário um modo de agir que o impede de se rebelar contra a exploração.

[...] a mensagem papal parte da ideia de que o operário faz uso da sua liberdade ao aceitar o jugo do capital. Juridicamente isto é certo, mas se trata de uma liberdade sem opção. [...] O operário deveria contribuir para a conciliação de classe, aceitando disciplinadamente a sua condição de explorado e, por consequência, não só se negar a participar nos movimentos

que pudessem atentar contra a segurança do capital, mas, mais ainda: deveria militar contra eles, especialmente contra as organizações sindicais proletárias, emergentes graças aos influxos do pensamento anarcossocialista (CASTRO, 2011, p. 57).

Exatamente quatro décadas após a divulgação da *Rerum Novarum*, a Igreja Católica manifesta-se novamente na busca pela restauração dos costumes, pela reforma social, sugerindo uma ampla mudança moral na sociedade. Estamos nos referindo à encíclica *Quadragesimo Anno*, redigida pelo Papa Pio XI e divulgada no dia 15 de maio de 1931. Esse documento destaca a importância de intelectuais na elaboração da doutrina social da Igreja. Alguns desses intelectuais vinham sendo formados, através da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS),¹ para se tornarem indispensáveis, não apenas na elaboração, mas também na aplicação da doutrina da Igreja, e para que, a partir da Ação Católica, pudessem influenciar na formação de outros membros da sociedade. Assistentes sociais e outros profissionais são compelidos a assumir, na prática, a atenção com a “questão social”, adotando a caridade, o messianismo, o espírito de sacrifício, a disciplina e a renúncia total como elementos constitutivos da profissão no seu surgimento.

Quanto a isso, cabe destaque a análise feita por Forti:

[...] o Serviço Social é profissão cuja origem se encontra no tecido da ordem societária do capitalismo monopolista, haja vista a configuração da “questão social” à época e as particularidades da divisão social do trabalho desencadeadas nesse período da História. [...] O Serviço Social, especialmente o de feição europeia, contou com significativa influência da Igreja Católica, representando a assimilação por frações classistas dominantes da proposta católica frente ao desenvolvimento de classes. É uma fórmula pertinente para enfrentar os problemas sociais, atenuando-os e permitindo sincronia da Igreja Católica com os novos tempos (FORTI, 2013, p. 94).

Destaca-se o surgimento de duas importantes instituições assistenciais, em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo. De acordo com Iamamoto (2008) essas instituições surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista. É indubitável que essas ações

¹ A partir da I Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em Milão – Itália, no ano de 1925, funda-se a União Católica Internacional de Serviço Social. A UCISS participou do processo de fomento à criação da primeira escola católica de Serviço Social na América Latina, em Santiago – Chile. Esse organismo se pautava e difundia a mensagem social da Igreja e realizava eventos que buscavam debater o trabalho profissional do assistente social católico. Ver mais em Castro, M. M (2011) e Aguiar, A. G. (2011).

sejam o embrião do Serviço Social brasileiro, ou seja, a historiografia da profissão no Brasil confirma sua feminização.

Seguindo a tendência mundial, o surgimento do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo no país, afinal, a profissão surge para atender as demandas impostas pelo redimensionamento do Estado ocorrido nos anos de 1930 e 1940, outro fator que pode e deve ser considerado na gênese da profissão é a tentativa de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica no Brasil (IAMAMOTO 2008).

Desde as primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira se depara com o agravamento das expressões da “questão social” e, por conseguinte, com a necessidade de administrá-la. Neste contexto, as atividades da caridade tradicional ganham uma nova conformação – e caráter organizativo – contando com famílias da burguesia paulista e carioca, que passam a ter o aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes.

Para tanto, o Estado utiliza-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons, papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais (CISNE, 2015, p. 44).

Abre-se à mulher o acesso ao mercado de trabalho, porém em profissões vinculadas às suas “funções” tradicionais de mães e donas-de-casa, ou seja, à mulher foi “permitido” exercer no espaço público os trabalhos que exerciam na esfera privada. É neste sentido que se vincula o serviço social à figura da mulher, segundo Veloso (2001, p.85) “a legitimidade e aceitabilidade das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero se dá pelo fato de esta profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera doméstica”.

Afinal, Serviço Social é coisa de mulher?

De acordo com o que fora apresentado até aqui, verifica-se que o serviço social brasileiro é majoritariamente composto por mulheres, entretanto vimos também que os papéis sociais e a divisão do trabalho, são construções sociais, e que por isso atendem à determinados interesses. Numa sociedade que hierarquiza os gêneros, e coloca o masculino num patamar superior ao feminino, reconhecer uma profissão como sendo de

homens, ou de mulheres, diz muito do seu reconhecimento. Iamamoto (2012) ao falar do trabalho do assistente social informa que,

Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outra de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico (IAMAMOTO, 2012, p. 64).

Para Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho por resultar do sistema capitalista e patriarcal, “confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados”. Deste modo, a divisão do trabalho por sexo não é um processo natural, o é um processo social, nessa mesma lógica, o serviço social não possui essência feminina, mas sim, passa a ser vinculado ao feminino por suas características e demandas que lhe são impostas pelos empregadores. Assim, as profissões tidas como de mulheres, são aquelas vinculadas às práticas do cuidado e de alguma forma representam a extensão das atividades domésticas. Esperam-se determinadas qualidades daqueles que buscam certa profissão, no caso do serviço social, as qualidades exigidas, são atribuídas naturalmente às mulheres, Iamamoto e Carvalho (2008) ao realizarem estudo sobre os fundamentos da profissão, dizem que o assistente social deveria,

Ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar e simpatia, saber influenciar e convencer etc (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 221).

Mas afinal, o que significa falar de uma profissão feminina, um trabalho para mulheres? Primeiramente trata-se de profissões que se vinculam às atividades de cuidado, afetividade, educação ou àquelas que remetem as tarefas domésticas. Passa por uma questão de desvalorização das ações, seja por meio de prestígio social, seja por meio da remuneração oferecida às trabalhadoras. Em sua obra, Williams (1995) ao pesquisar sobre a não adesão de homens a profissões tradicionalmente femininas – neste caso, professoras, enfermeiras e assistentes sociais – revela dois fatores principais, “a

identificação feminina das profissões e a baixa remuneração e prestígio que lhe são associados”.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas pelas mulheres, são entendidas – ou interpretadas – como extensão das atividades naturalmente desempenhadas, logo, são tarefas sem complexidade e porquanto, justifica-se a falta de prestígio e a desvalorização do trabalho feminino.

Na sociedade atual, estas atividades, na esfera da produção, devem ser realizadas em consonância com as demais atribuições sociais da mulher, as suas atividades na esfera da reprodução. Sobre isto Nogueira (2011) assevera que,

[...] com o desenvolvimento industrial, ocorreu uma ênfase na transferência da produção da mulher no espaço do lar para a fábrica. Porém não houve quase nenhuma possibilidade de combinação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, já que as mulheres só poderiam se inserir no mundo do trabalho durante curtos períodos de suas vidas, pois depois de se casarem ou de terem filhos deveriam abandonar os seus empregos e, somente voltariam a ele, caso seus maridos não tivessem a capacidade de sustentar a família. (NOGUEIRA, 2011, p. 23)

Ao retomar a questão que é título desta sessão: Serviço social é coisa de mulher? À luz do que apresentamos neste texto, deve-se esclarecer que não se trata de uma vinculação mecânica e natural de uma profissão ao homem ou à mulher. Aceitar esta pergunta é concordar com a generificação das profissões, a hierarquização imposta pela divisão sexual do trabalho, pautada no patriarcado e no capitalismo.

O serviço social brasileiro passou por profundas transformações ao longo de sua trajetória histórica, talvez a mais relevante para um entendimento da profissão na atualidade ocorreu a partir da década de 1970 e diz respeito à ruptura com as práticas confessionais e caritativas. Entretanto essas mudanças inscrevem-se num cenário ético, político, teórico e metodológico, sem necessariamente alterar a configuração de gênero da profissão. Nesta época as lutas dos movimentos sociais – entre eles o movimento feminista – impactaram profundamente a reconfiguração dos processos de trabalho das assistentes sociais brasileiras.

Passado oito décadas desde o surgimento da profissão, qual o perfil de gênero dos assistentes sociais no Brasil? De acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em 2004 e apresentada no ano de 2006 sob o título “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, 97% dos

profissionais brasileiro são do sexo feminino.¹ Diz o relatório da pesquisa que está confirmada “a tendência histórica da profissão, a categoria das(os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens” (CFESS, 2006, p. 18).

Destaca-se que o número de profissionais de serviço social no Brasil aumentou consideravelmente, segundo pesquisa realizada pelo DIEESE, em 2004 existiam pouco mais de 96.000 profissionais, enquanto que em 2013 esse número passava de 200.000. Este aumento em muito pode ser facultado à criação de cursos de serviço social em Instituições de Ensino Superior particulares, nas modalidades presencial e à distância.

De acordo com o DIEESE, comparando-se os anos de 2004 e 2013, constata-se que houve um crescimento no número de homens, entretanto as mulheres ainda são maioria, aproximadamente 94%. Alguns elementos dessa pesquisa merecem destaque, entre eles a informação de que a remuneração média das assistentes sociais é superior à dos homens, exceto no setor privado, onde em média a remuneração feminina é 0,2% inferior à masculina.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, no ano de 2014, o Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região, publicou um documento denominado “Perfil profissional de assistentes sociais de Belo Horizonte (MG): subsídios para análise”. Este documento é fruto de uma pesquisa com 209 profissionais que atuam nas mais diversas esferas e instituições localizadas na capital do Estado de Minas Gerais. De acordo com a pesquisa,

Em relação ao gênero, sendo o Serviço Social reconhecido historicamente como uma profissão feminina, este dado permanece na pesquisa, pois 94% dos profissionais entrevistados são do sexo feminino e 6% do sexo masculino, o que confirma a tendência histórica de desenvolvimento da profissão e reafirma que na atualidade o Serviço Social continua sendo uma profissão predominantemente feminina. (CRESS-6ª Região, 2014, p. 12)

Ao ser analisar o perfil de gênero dos estudantes matriculados no curso de Serviço Social da UNIMONTES no ano de 2016 nos deparamos com a confirmação dos dados anteriores. De um universo de 131 estudantes regularmente matriculados encontramos 120 mulheres, o que representa aproximadamente 92% do corpo discente do curso. Estes dados reforçam que a feminização da profissão ainda é bastante presente e parece distante de ser alterada.

¹ A pesquisa faz uso da terminologia “sexo”, para identificar o perfil de gênero da profissão.

É claro que muitos outros elementos podem (e devem) ser considerados ao se realizar uma incursão pelos fundamentos históricos da profissão, entretanto, para alcançar o objetivo deste artigo e pelo espaço que ele propicia, houve a opção por um caminho teórico que focalizou os determinantes de gênero da profissão e como, hoje, está composto, em relação ao gênero, o quadro profissional brasileiro.

Considerações finais

Ao se refletir sobre a configuração de gênero – ou a feminização – do serviço social brasileiro, somos levados a entender alguns elementos preliminares, afinal trata-se de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, uma profissão socialmente determinada, e por isso sofre os impactos do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, componentes tão caros ao modo de produção capitalista.

Não se considerou que uma profissão deve ser menos ou mais valorizada a partir de sua composição de gênero, pelo contrário, acreditamos que a divisão sexual do trabalho, fruto de uma sociedade excludente, só contribui com a hierarquização entre homens e mulheres, colocando os primeiros em condição de superioridade. Uma superioridade que ganha dimensão e provoca desigualdade na condição de existência. Numa sociedade machista e desigual, ser mulher é um desafio, é sinal de resistência.

Há uma construção social bem determinada do que é ser homem e o que é ser mulher, os papéis sociais são formulados de tal forma que muitas de nossas “escolhas” são direcionadas não por nossos desejos, mas pelo gênero que temos. Ser homem e ser assistente social, não deveria ser diferente de ser mulher e ter a mesma profissão, entretanto, a divisão sexual do trabalho, com a finalidade de aumento de produtividade e, por conseguinte lucratividade, estabelece critérios, exige características, e vinculam estas a algo inato, natural. Assim, homens têm determinadas ocupações, mulheres tantas outras.

Os dados pesquisados reforçam a importância das mulheres na construção do serviço social brasileiro, e também, traz à tona a reflexão de que é preciso superar a subordinação e desvalorização das profissões reconhecidas como femininas. Isto é, parte de um processo maior, um compromisso com um projeto societário que visa à construção de uma sociedade sem exploração de qualquer tipo.

Referências

- AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.
- CRESS 6ª Região. **Perfil profissional dos assistentes sociais de Belo Horizonte: subsídios para análise**. Belo Horizonte: CRESS, 2014.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- DIEESE/CUT NACIONAL. **Quem são os assistentes sociais no Brasil?** 2015
- FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Trabalho informal e cidadania**: heterogeneidade social e relações de gênero. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- HARTMANN, Heidi. **Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex**. Spring: The University of Chicago Press, 1976.
- HIRATA, Helena; ZARIFFIAN, Philippe. El concepto de trabajo. **Revista de Trabajo**, año 3, n. 4, ene./nov.2007. Disponível em: <http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/descargas/revistaDeTrabajo/2007n04_revistaDeTrabajo/2007n04_a02_hHirata_pZariffian.pdf>. Acesso em: 2 ago. 15.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____; CARVALHO Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1989.

SEN, Amartya. **The many faces of gender inequality**, from *The New Republic*, 2001.

WILLIAMS, Christine L. *Still a Man's World: Men in 'Women's' professions*. 1997.